

TRABALHO-EDUCAÇÃO E (RE)ESTRUTURAÇÃO DE MODOS DE VIDA: EXPERIÊNCIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA(S) AMAZÔNIA(S) BRASILEIRA(S)¹

William Kennedy do Amaral Souza²

Ellen R. S. Miranda³

INTRODUÇÃO

... a gente tem um jeito de trabalhar que só funciona aqui, e quem vai trabalhar fora, sente dificuldades, porque é outro tipo de trabalho e outra maneira de se portar.

Roberto (SOUZA, 2020)⁴.

... o trabalho pro outro não produz a comunidade.

Tia Cecília, 2018⁵.

Ao buscar formas de correlacionar resultados de pesquisas, expomos análises fundamentadas no materialismo histórico, de como povos e comunidades tradicionais constroem processos de resistência às determinações do modo de produção capitalista, evidenciando modos de vida a partir de quatro experiências na Amazônia Brasileira presentes nos Vales

¹DOI- 10.29388/978-65-81417-57-4-0-f.77-92

² Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Instituto Federal de Rondônia - IFRO/Colorado do Oeste. E-mail: william.souza@ifro.edu.br

³ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia - PGEDA/UFPA. Professora da Educação Básica Pública. E-mail: ellensilva@ufpa.br

⁴ Parte das entrevistas citadas no texto foi realizada entre os anos de 2018 e 2019. Elas fazem parte da tese de doutorado do autor (SOUZA, 2020). As citações foram retiradas do texto da tese.

⁵ Entrevista concedida a Ellen Miranda, em novembro de 2018.

do Guaporé e do Madeira, em Rondônia, bem como, no Baixo Tocantins, no Pará. Compreendemos que essas experiências se configuram na contradição trabalho-capital, como produção da vida que destoa do recetário capitalista de sociedade e se despontam como lutas e resistências dos povos e das comunidades tradicionais. Logo, a perspectiva que se encaminha é a de que esses sujeitos trabalhadores(as) se caracterizam por sua organização social, sendo a luta em defesa do território uma condição básica para garantir suas vidas.

Coexistindo com o modo de produção capitalista, os povos e as comunidades tradicionais têm entendido o território como o lugar para além de suas fronteiras geopolíticas. Para eles e elas, o significado do território orienta a vida das pessoas que ali vivem e constroem valores em suas experiências de trabalho. Por isso, território e territorialidade são relações, conforme Tiriba e Fischer (2015), baseadas em Cruz (2012), que também caracterizam os povos e as comunidades tradicionais pela importância material e pelos valores simbólicos como referências para construção de seus modos de vida, de suas identidades e, ainda, pela diversidade de uso, pela apropriação e pelo pertencimento da terra e dos recursos naturais. São considerados povos e comunidades tradicionais: indígenas, caiçaras, açorianos, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreios, quilombolas, ribeirinhos/caboclos amazônicos, ribeirinhos/caboclos não-amazônicos, sertanejos/vaqueiros, pescadores artesanais, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, peconheiros, varjeiros, marisqueiros, catingueiros, vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros, faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes-campeiros, fundo de pastos, vaqueiros.

Por conta da diversidade dos grupos de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos pela expressão povos e comunidades tradicionais, decidimos recorrer ao modo com o qual essas pessoas produzem suas vidas material e imaterial, pois “trata-se de um termo com fortes conotações políticas, tornando-se uma categoria da prática política incorporada como uma espécie de identidade sociopolítica mobilizada por esses diversos grupos na luta por direitos” (CRUZ, 2012, p. 599). É por meio dessa definição sociopolítica, construída por meio do tensionamento dos movimentos sociais, que o Estado tem se apropriado fundamentalmente de dois documentos, a Constituição Federal, de 1988, e a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), para direcionar

políticas públicas para esse grupo social. Por isso, faz-se necessário ponderar sobre o fato de que a existência de direitos não significa sua aplicação. Isso depende da luta que povos e comunidades tradicionais (e todo e qualquer grupo de trabalhadores) realizam. Essa luta é importante porque lembra ao Estado o seu papel original de protetor dos cidadãos. Em um cenário em que o Estado se encontra atravessado por interesses capitalistas, corre-se o risco de que as políticas públicas venham a se tornar medidas paliativas que enfraqueçam a luta.

Nesse contexto, na Amazônia, a luta dos povos e das comunidades tradicionais se mostra extremamente dura. Afinal, o projeto colonialista-capitalista de sociedade quer dominar essa que é a maior floresta tropical do mundo, a maior província mineral e a principal reserva biogenética do planeta. Por essa razão, a realidade se mostra complexa, já que os países hegemônicos, ao tentar consolidar suas formas de dominação da região amazônica, produzem novas formas de colonialismo.

Como configurações de um projeto colonialista em curso, isso é, na sua fase mais voraz que é o capitalismo, as “frentes” que ele produz para sua expansão, conforme (MARTINS, 2019), são pensadas a partir do que a Amazônia tem a oferecer como lucro, ou seja, principalmente o subsolo, ainda intacto. Nessa ótica, a Amazônia é vista pelos capitalistas como um território a ser conquistado e, como se julgam conquistadores, a violência contra povos e comunidades tradicionais é o principal instrumento.

Nesses termos, as associações Quilombolas do Forte Príncipe da Beira (ASQFORT), Quilombolas da Comunidade Santa Fé e Seringueiros do Vale do Guaporé (AGUAPE), bem como, a experiência do Baixo Tocantins, no Pará (Amazônia Tocantina) a partir da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Tambaí-Açu (ACREQTA) são algumas das organizações que participam da luta em defesa das terras dos povos e das comunidades tradicionais se contrapondo ao projeto colonialista-capitalista de sociedade. A partir delas muitos problemas são enfrentados em prol da garantia e da implementação do direito desses povos e dessas comunidades quanto às terras que ocupam. As disputas e os enfrentamentos se dão com grandes projetos do Estado (hidrelétricas, ferrovias, hidrovias), com latifundiários locais, com empresários e seus monocultivos intensivos, com madeireiros, fazendeiros e com a pecuária extensiva. Alguns deles se confrontam até com o Exército Brasileiro,

como é o caso da Comunidade de Forte Príncipe da Beira, RO, área que o exército afirma ser de uso e posse das Forças Armadas.

Diante disso, além da desterritorialização das comunidades ribeirinhas, os efeitos da aceleração que o capital traz para a temporalidade na região amazônica prejudicam não só os recursos hídricos como também a paisagem e impõem relações socioeconômicas que expropriam, direta ou indiretamente, as comunidades amazônicas. Então, cumpre à classe trabalhadora organizar-se para enfrentar o domínio capitalista com a incorporação dos saberes, dos conhecimentos provenientes da relação trabalho-educação, com a finalidade de evitar uma alienação do mundo, que intensifica a exploração imposta pelo capital.

A luta contra a dominação pode ser um elemento de agregação social e de sentido de comunidade que faz com que, mesmo com as dificuldades impostas pela lógica capitalista, parte dos trabalhadores do campo enfrente, cada um a seu modo, o capitalismo e seus tentáculos e permaneça em seus territórios, onde estão suas raízes, seus costumes. É nesse ambiente que eles encontram conforto, tranquilidade, segurança e maior qualidade de vida.

A vida em comunidade nos indica certa especificidade. Os seres humanos, ao realizarem o seu trabalho, não só aprendem a produzir mercadorias, como também, ao produzi-las, constroem saberes e cultura. O modo de vida é a forma em que o aspecto cultural se manifesta. Thompson (1998) enfatiza que a experiência permite perceber e reconhecer as ações humanas fazendo a história que, por sua vez, é construída por agentes efetivos e não uma história em que predominam estruturas sem sujeito. São as experiências cotidianas “herdadas ou partilhadas” e as de lutas que contribuem para o seu fazer, ou seja, para a constituição das identidades dos(as) trabalhadores(as).

Sabemos que povos e comunidades tradicionais sofrem investidas do capital sobre seu território e que, para resistir, precisam estar organizados em associações de moradores e em outras formas de associatividade. Simultaneamente a essa exploração, as populações dessas comunidades sofrem com a falta de ações do Estado em seu favor. A partir de 1970, e agora em uma fase mais aguda, as comunidades começaram a ser ameaçadas pelo cerceamento provocado pelo modo de produção capitalista, que vislumbra possibilidade ao agronegócio e a mineração nas terras das co-

munidades tradicionais. Apesar de tantas ofensivas do capital ao longo da história, os moradores das comunidades tradicionais mantêm modos de vida peculiares, que lhes garantem sua existência como tal e demonstram com suas experiências que o capital, embora tente, não é a totalidade.

Compreendemos modos de vida como o conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais cotidianas compartilhadas por um determinado grupo social no processo de produção da vida material e simbólica; como expressão da cultura e respeito aos costumes, às tradições, aos valores, às crenças e aos saberes que orientam as normas de convivência na vida familiar, no trabalho e em âmbito comunitário. Relacionam-se às formas de produzir, consumir e distribuir os frutos do trabalho, tendo em conta as formas de sentir e pensar a vida e o mundo. Os modos de vida manifestam as relações que homens e mulheres trabalhadoras, mediadas pela memória coletiva e por experiências vividas e herdadas, estabelecem entre si e com o território em que produzem sua existência. A afirmação de modos de vida entendidos como patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, condição de existência humana é um elemento de resistência e negação de outros modos de produção da vida social, os quais, de alguma maneira, entrelaçam-se em menor ou maior grau, de acordo com as determinações dos contextos históricos de luta por hegemonia, a qual ocorre em todas as esferas da vida social.

Assim, em termos de informação, alguns elementos relacionados às comunidades estudadas precisam ser apresentados. A pesquisa se deu nas comunidades quilombolas do Forte Príncipe da Beira e de Santa Fé e naquelas que se situam na Reserva Extrativista do Rio Cautário, todas no vale do rio Guaporé, localizadas no espaço rural (ribeirinho) do município de Costa Marques, em Rondônia. Também foram objeto de pesquisa os reassentamentos Morrinhos e Santa Rita, a comunidade tradicional de São Carlos do Jamari e as comunidades que ficam na Reserva Extrativista do Lago Cuniã. Além da pesca e do extrativismo, os(as) trabalhadores(as) dessas comunidades vivem de outras formas alternativas de subsistência e geração complementar de renda, como a coleta de frutos – como o açaí e o palmito e a criação de pequenos animais.

Já os habitantes da Comunidade Quilombola Tambaí-Açu, organizados na Associação Remanescente de Quilombo Tambaí-Açu (ACREQTA), vivem principalmente do trabalho da roça, da produção dos derivados da mandioca, de feijão e de arroz. Também criam pequenos

animais para a garantia da soberania alimentar e comercializam apenas o excedente (agricultura familiar). Está localizada no espaço rural, entre os municípios de Mocajuba (PA) e Baião (PA). Entretanto, as mulheres e os homens da comunidade se identificam como pertencentes ao município de Mocajuba (PA), dadas as relações social, política e econômica que possuem com o município, já que o acesso à sede (cidade) é mais próximo, em termos de quilometragem: são 18 km, em média 30 minutos de percurso se feito em carro ou motocicleta.

Portanto, é nesse contexto que situamos esta exposição, que se estrutura em uma única seção, na qual apresentamos análises de experiências de lutas e resistências de modos de vida de povos e comunidades tradicionais contra as tentativas de homogeneização capitalista. Finalmente, para continuarmos pensando novas pesquisas e análises, encaminhamos algumas considerações finais.

(RE)ESTRUTURAÇÃO DE MODOS DE VIDA NA CONTRADIÇÃO TRABALHO-CAPITAL: “JEITOS” DIFERENTES DE PRODUÇÃO

Nessa única seção, analisamos experiências que tratam de povos e comunidades tradicionais, no sentido de problematizar e evidenciar as lutas-resistências de modos de vida contra as tentativas de hegemonia capitalista. Compreendemos que a afirmação dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais é um elemento de estruturação de suas identidades e resistências frente às necessidades da vida e uma condição para suas existências, que não podem ser pautadas pela lógica dos processos de sociabilidade do capital.

Como modos de vida constituídos nas relações entre trabalho e educação e entre economia e cultura, as experiências das comunidades pesquisadas evidenciam relações, mediadas por “saberes sociais” (RODRIGUES, 2012), por meio das quais os povos e as comunidades tradicionais constroem, no processo de produção da vida social, elementos que tornam possível a vida de trabalhadores(as) em um lugar marcado por contradições entre trabalho e capital. Assim, de geração em geração, re-produzem seus “jeitos” de ser, ou seja, seus modos de vida, que “[...] vem

dos antigos. Meu pai que aprendeu com o pai dele, que aprendeu com o pai dele”, comenta Roberto (SOUZA, 2020, p. 130). Aprendem em coletivo, entre mulheres, homens, crianças, idosos e não-humanos.

Assim, povos e comunidades tradicionais nos ensinam que a relação entre humanos e natureza é fundamental para a manutenção dos seus territórios, suas vidas, pois

[...] cada árvore de seringueira é uma parte de nós, porque é com o leite de cada árvore que a gente garante o nosso sustento. Se eu maltrato uma seringueira, eu estou maltratando eu mesmo e a minha história, meu povo que passou, os seringueiros que viveram antes de mim (ROBERTO, *apud* SOUZA, 2020, p. 130).

O entendimento da necessidade de um bom relacionamento entre ser humano e natureza, mediado pela experiência, está “enraizado” na consciência de povos e comunidades tradicionais, embora as condições dessa relação mudem ao longo do tempo. Já que “o que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem, como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Os modos de vida e a autoidentificação dos povos e das comunidades tradicionais são delineados pela conjuntura histórica e em constante movimento. Os modos de vida definem a relação das pessoas com o território em que vivem. Logo, território e modos de vida são categorias que se integram. Nessa relação, o bem-estar comum é um ideal a ser alcançado. A comunidade tem que estar bem, mas a natureza também precisa estar.

Tia Cecília⁶, do Quilombo Tambaí-Açu, município de Mocajuba, no Pará, nos diz: “meu pai ensinou a respeitar o tempo da piracema, o tempo do florir, o tempo de apanhar o fruto”. Tempo que não é, conforme Thompson (1998), o “tempo do relógio”, que acelera e fragmenta os espaços-tempos da natureza. O tempo do relógio fragmenta as relações humanos-natureza, fragmenta o pensar, o agir, os “jeitos de ser”, enfraquece modos de vida para que o capital avance cada vez mais, isso é,

⁶Entrevista concedida a Ellen R. S. Miranda, em novembro de 2018.

produz ações intencionais para a manutenção do status quo.

Povos e comunidades tradicionais vêm sendo continuamente confrontadas com os avanços de frentes colonizadoras, ocupantes de terras e águas que antes eram deles pelo uso e pelo costume. No atual momento, a frente agropastoril vem destruindo a natureza e, com isso, moradores das comunidades tradicionais tendem a ir embora para os centros urbanos, engrossando as fileiras dos subempregados.

Felizmente, há também aqueles que, conforme Gilberto (SOUZA, 2020, p. 139), dizem: “nós não vamos porque esse território é nosso e esse é o nosso jeito de viver”. Aqueles que, quando vão, percebem na lida do “trabalho pro outro” que esse trabalho não é o que os identifica e retornam para o trabalho que aprenderam com os pais, como nos disse Tia Biro (2018)⁷. Ao ter experienciado o trabalho na agricultura capitalista dos pimentais⁸, Tia Biro preferiu retornar ao trabalho comunitário dos mutirões no Quilombo Tambaí-Açu. Mutirões que promovem, além da produção da roça, a soberania alimentar da comunidade e produzem cultura e valores.

As ações do capitalismo na Amazônia a partir de grandes projetos como as hidrelétricas; os incentivos do governo para os grandes empresários de monocultivos de pimenta-do-reino, dendê, açaí irrigado, paricá, coco, milho, soja, etc; a pecuária extensiva, dentre outras, têm se configurado em processos de tentativa de desestruturação social de povos e comunidades tradicionais. Assim, a luta por território está para além das fronteiras das demarcações, ou seja, é compreendida como relações também de territorialidades a partir inclusive da integração, em rede de economia-cultura, com outras lutas dos povos do campo. As associações de trabalhadores/moradores analisadas neste texto têm procurado outras formas de enfrentar as investidas colonialistas-capitalistas em curso nas Amazônias, daí que têm se integrado às lutas de outros movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) diretamente envolvidos pela defesa de povos e comunidades tradicionais, ou ainda como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os Sindicatos

⁷ Entrevista concedida a Ellen R. S. Miranda, em abril de 2018.

⁸ Trata-se do trabalho operado nas áreas de plantio de monocultivos de pimenta-do-reino.

dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Confederação Nacional das Associações Quilombolas (CONAQ), a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), que lutam por uma vida melhor e, por consequência, somam-se à luta dos povos e das comunidades tradicionais.

As associações dos territórios de povos e comunidades tradicionais têm sido cruciais na formação de trabalhadores(as) do campo para o enfrentamento ao capitalismo. Luta pelos territórios vai desde a defesa dos recursos materiais, passando pela manutenção dos laços imateriais e simbólicos dos trabalhadores e das trabalhadoras que ali estão. Como afirma a Comandante Kéli, do Exército Zapatista de Libertação Nacional e que se tornou referência para Rosset (2009, p. 1), “para os povos indígenas, camponeses e rurais, a terra e o território não são apenas fontes de trabalho e de alimentos; são também cultura, comunidade, história, ancestralidade, sonhos, futuro, vida e mãe natureza”.

Desse envolvimento de diferentes movimentos sociais resulta a necessidade de entendermos a estratégia do capitalismo quanto ao avanço sobre o território amazônico. Se o uso explícito de força física para a tomada de territórios é algo condenado por grande parte da população⁹ – embora pelos sertões do país isso continue acontecendo – o uso de estratégias um pouco mais sofisticadas acontece continuamente. O cerceamento e as dificuldades impostas aos povos e às comunidades tradicionais que impactam na manutenção do seu modo de vida são algumas dessas estratégias.

Desse modo, entender as estratégias do capital, das mais violentas às mais sutis, permite aos povos e às comunidades tradicionais também construir suas estratégias de resistência e de lutas e essas resistências-lutas são feitas principalmente pela afirmação de seus modos de vida. É isso que acontece, por exemplo, na comunidade do Forte Príncipe quando o Exército insiste em revistar os moradores que saem para a pescaria no rio Guaporé. Gilberto diz que:

sem mais nem menos o Exército resolve fiscalizar as nossas canoas. Reviram toda a nossa traia (sic) e depois liberam a gente. E quando

⁹ Infelizmente, na atual conjuntura, o emprego de força física tem sido estimulado e elogiado por parte dos governantes de nossa nação.

a gente volta da pescaria tem nova revista. O que é isso? Um jeito de dificultar as nossas ações do dia a dia, de atravancar, de empecilhar o nosso cotidiano. Eles pensam assim: vamos encher o saco desse povo que assim eles vão embora. Mas nós não vamos. E sabe por que que não vamos? Porque esse território é nosso e esse é o nosso jeito de viver (SOUZA, 2020, p. 139).

Ou quando o Exército exige a identificação de moradores, estudantes e até professores para entrar na escola que, por ser pública, deveria ser de livre acesso. Segundo Leila¹⁰: “de repente o comandante resolve que moradores, alunos, pais de alunos, professores e os outros funcionários da escola precisam se identificar para ir até a escola” (SOUZA, 2020, p. 140).

As evidências apontaram que os povos e as comunidades tradicionais não se mudam, não desistem pela identidade de pertencimento que possuem com o território. Sentem-se pertencentes à terra onde nasceram, à natureza pelas relações construídas e que conformam seus modos de vida. Modos de vida diferentes do modo de produção do capitalismo, no qual o trabalho é expropriado, individual, assalariado, ou, como nos disse Tia Cecília do Quilombo Tambaí-Açu, é um trabalho “pro outro” e que, portanto, “não produz a comunidade”, não produz os modos de vida que lhes dão identidade. O capitalismo como forma de trabalho que fragmenta formas de ser, de pensar, de agir, desestrutura modos de vida.

Em São Carlos do Jamari, Rafael (SOUZA, 2020, p. 132) lembra que “reconstruímos com nossas próprias forças a comunidade. A enchente não tirou a gente daqui. Ninguém vai tirar”. Não faltam ações que visam à desestruturação dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e de sua cultura, mas também não faltam lutas-resistências a esse estado de coisas. Sendo povos e comunidades tradicionais parte da diversidade do campesinato, sofrem os ataques do capital. Dessa forma, como resistir às tentativas de desestruturação dos modos de vida? Infelizmente o ataque aos modos de vida vai direto às estruturas, atinge os alicerces da vida em comunidade, por isso falamos em desestruturação dos modos de vida.

¹⁰ Sobre as dificuldades no relacionamento entre moradores da comunidade e o Exército ver o documentário “Aquarteladas”, de Marcela Bonfim e Maria Fernanda Ribeiro. O documentário está disponível em: <https://amazoniareal.com.br/amazonia-real-lanca-documentario-aquarteladas-sobre-voz-das-mulheres-do-quilombo-forte-principe/>.

Na Amazônia, os agentes do modo de produção capitalista têm tentado desestruturar os modos de vida de povos e comunidades tradicionais ao dificultar suas maneiras de produzir, como no exemplo dos reassentamentos Santa Rita e Morrinhos, onde as plantações não conseguem dar frutos, com a maioria das espécies morrendo antes da primeira floração. Lá, Artur (SOUZA, 2020, p. 132) afirmou que “a terra não é produtiva, o lençol freático está contaminado e com isso as plantações não vingam.” Esse descaso é reafirmado por Dona Aline (SOUZA, 2020, p. 132), do Reassentamento Morrinhos, que também indica uma relação do Estado com as empresas capitalistas. Ela diz que “o governo, o Estado deveria saber disso e cobrar a Santo Antônio. Era obrigação do governo. Mas parece que o governo trabalha mais para as empresas do que para o povo”.

Também tem sido sistematicamente dificultado o modo de consumir desses povos e comunidades. Um exemplo vem da comunidade São Carlos do Jamari, onde Rafael (SOUZA, 2020, p. 132) afirma que muitos moradores estão com medo de comer peixes do rio Madeira, porque “a construção das usinas mexeu com o fundo do rio e o mercúrio dos antigos garimpos, que já estava assentado, voltou para o meio do rio. Com isso os peixes são contaminados”¹¹.

Povos e comunidades tradicionais sofrem tentativas de desestruturação dos seus modos de vida quando as maneiras de distribuir os frutos de seu trabalho são dificultadas, como na Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, onde os atravessadores tentam impor o preço da produção do pescado da comunidade. E, muitas vezes, essa tentativa de imposição vem com a depreciação do trabalho dos moradores das comunidades.

Como se não bastasse isso, também ocorrem outras tentativas do capital. É o caso da Região do Baixo Tocantins no Pará, onde milhares de hectares de florestas são derrubados para que monocultivos de pimenta-do-reino, dendê, açaí, paricá, coco, soja, milho, dentre outros, sejam implantados. No caso desses monocultivos, são recrutados trabalhadores(as) “seduzidos” ideologicamente por salários, que, de acordo com

¹¹ Para saber mais sobre os impactos ambientais provenientes das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau consultar: Fearnside, Philip M. Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

Marx (2013), não pagam o dispêndio do trabalho produzido pela força do(a) trabalhador(a). O mesmo ocorre com grandes projetos materializados pelas hidrelétricas e hidrovias, que objetivam consolidar o projeto de “desenvolvimento” da Amazônia, interligando o agronegócio com as demais regiões do país, facilitando a aceleração do escoamento da produção, inclusive para exportação e que trazem impactos ambientais irreversíveis, que causam escassez de peixes, fome e extermínio de diversas espécies.

O projeto de sociedade capitalista, ainda em curso, embora com sua crise estrutural cada vez mais aprofundada, tem tentado a todo custo tomar os territórios procurando desestruturar modos de vida. Muitas vezes, as ações do empresariado capitalista comprometem a pesca e a agricultura na comunidade. Ora, sem esses recursos, esse grupo de trabalhadores(as) não consegue realizar a sua reprodução material e imaterial no seu território.

Baseado em duas frentes de produção de *commodities*, uma agropastoril e outra mineradora, o empresariado avança sobre a Amazônia, cercando e posteriormente comprando a preço baixo as terras de pequenos produtores, invadindo e grilando terras públicas, forçando a retirada de povos e comunidades tradicionais de seus territórios. Mesmo assim, os povos e as comunidades tradicionais lutam e resistem e são evidências concretas de que a história não acabou.

CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUAR PENSANDO... E LUTANDO

Tecidas na perspectiva do trabalho-educação, as análises desse capítulo indicam que mulheres e homens, na relação humanos-natureza, produzem modos de vida que destoam do receituário capitalista e, por isso, precisam lutar-resistir para continuar existindo, dadas as diversas tentativas do capitalismo de torná-los “sujeitos desaparecidos”, conforme Thompson (1990).

Assim, a epígrafe deste texto ao trazer expressões de dois quilombolas que carregam em sua história a própria luta-resistência nos faz entender que a afirmação dos modos de vida dos povos e das comunidades tradicionais é fundamental na organização das comunidades rurais,

já que são processos formativos que dão condições objetivas e subjetivas de compreensão do que é viver em comunidade, em contraposição ao que é viver do “trabalho pro outro” ritmado pelo relógio do empregador. Modos de vida lhes dão identidades de pertencimento territorial e lhes permitem afirmar coisas como as explicitadas na epígrafe: o “nosso jeito de trabalhar só funciona aqui” e, portanto, “não saio daqui”, porque “esse território é nosso e esse é o nosso jeito de viver”.

Em síntese, povos e comunidades tradicionais tecem os seus modos de vida cotidianamente na relação entre trabalho-educação, na qual economia e cultura são elementos primordiais. Isso amplia a experiência e garante a reprodução da vida material e imaterial desses sujeitos, afirmando suas identidades e resistências. Ressaltamos que é pela junção dos conceitos de trabalho, território, educação, economia, cultura, experiência, saberes e identidade que é possível apreender os modos de vida e, com esses, a resistência. Essa junção é dialética, um constante movimento entre os conceitos, já que a relação trabalho-educação traz saberes e experiência, articula a economia e a cultura, reforça a identidade e com isso a luta pelo território.

Os agentes do modo de produção capitalista, com grande participação do Estado, atacam esses pilares para que os(as) trabalhadores(as) não consigam se manter em seus territórios. Dificultam as ações no trabalho e o acesso a partes do território, oferecem um sistema educacional falho, cujo modelo não é pensado para as especificidades do campesinato. Além disso, o Estado pouco se preocupa com os processos econômicos das comunidades tradicionais, deixando-as à mercê de “atravessadores”, que pensam apenas na possibilidade de exploração desses(as) trabalhadores(as).

Para negar a cultura das comunidades, o agronegócio globalizado tenta destruir essas formas coletivas de uso do território. Desenvolve estratégias nos planos político, econômico, territorial e midiático para justificar e legitimar as ações de destruição dos territórios culturais dos povos amazônicos. Busca se apropriar de áreas protegidas e de terras públicas ainda sem destinação, na perspectiva de formar um mercado de terras e de expansão agropecuária. Sob esse entendimento, a Amazônia é uma fronteira global do agronegócio e tem vivido constantes tentativas de desestruturação de modos de vida.

Na contramão desses processos de tentativas de desestruturação, povos e comunidades vivem em luta e, como todas as outras, essa luta traz alegrias e dissabores. Defender o modo de vida é defender a identidade de ser ribeirinho(a), beradero(a), extrativista, indígena, quilombola, enfim, é defender o seu território, que precisa de defesa porque “a história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais” (MARTINS, 2019, p. 132).

Essa disposição pela defesa do território e a luta para manter os seus modos de vida que povos e comunidades tradicionais têm nos anima a lutar juntos, somando forças com o campesinato para a superação dos desafios que nos são impostos pelo modo de produção capitalista. Por isso se fazem necessárias pesquisas científicas e reflexões acadêmicas que sustentem a relevância do que são, como vivem e o que produzem os povos e as comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

CRUZ, V. do C. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S., *et al* (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2019.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O Capital I**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OIT. Convenção Internacional do Trabalho. **CONVENÇÃO 169**. Sobre povos indígenas e tribais e resolução referente a ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

RODRIGUES, D. do S. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo**

a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 – Cametá/Pará. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ROSSET, P. La Guerra por la tierra y el territorio. **Revista NERA**. Artigo do mês junho de 2009. Disponível em www.fct.unesp.br/nera 1. Acesso em: 12 maio 2018.

SOUZA, W. K. A. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais**: a (re)afirmação de modos de vida como formas de resistência. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

THOMPSON, E. P. Crawling from the wreckage: the labour process and the politics of production. In: KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh (orgs.). **Labour process theory**. Londres: The Macmillan Press, 1990.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, L; FISCHER, M. C. B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, 2015.